



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

**ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.001/2026 - CONFERE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DOS
REPRESENTANTES COMERCIAIS – CORE/XX
E A EMPRESA
_____, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E
MANUTENÇÃO DE PORTAL
INSTITUCIONAL, SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NOS
TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021.

O CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – CORE/XX, entidade fiscalizadora do exercício profissional, criada pela Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede no XXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, _____, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, conforme seus atos constitutivos ou procuração constante dos autos, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ____/2025, Pregão Eletrônico xx/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a criação e implantação de novo portal institucional (website), com ambiente de administração de conteúdo (CMS), bem como para a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do portal institucional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações técnicas, níveis de serviço e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende: I – desenvolvimento e implantação do portal institucional, caracterizado como serviço por escopo; II – prestação de serviços continuados de manutenção do portal institucional.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

1.3. Vinculam-se a este contrato, independentemente de transcrição: I – o Termo de Referência; II – o instrumento convocatório ou autorização da contratação direta; III – a proposta da CONTRATADA; IV – demais documentos que integram o processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução do serviço de desenvolvimento e implantação do portal institucional será de até 100 (cem) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

2.2. Após o aceite definitivo da entrega, haverá período de homologação assistida e garantia técnica pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos.

2.3. O prazo de vigência do contrato relativo aos serviços de manutenção será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, por interesse da Administração, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A prorrogação contratual fica condicionada à comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante ateste da autoridade competente, permitida a negociação com a CONTRATADA.

2.5. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido sancionada com impedimento de licitar e contratar ou declarada inidônea, observado o alcance da penalidade.

2.7. Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já amortizados deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O modelo de execução (item 6 do TR), o modelo de gestão (item 7 do TR) e o modelo de fiscalização do contrato (item 7 do TR), bem como os critérios de recebimento provisório e definitivo do objeto (item 8.5 do TR), estão definidos no Termo de Referência, que integra o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, devendo todos os serviços ser executados diretamente pela empresa contratada, sob sua exclusiva responsabilidade técnica, operacional, trabalhista e legal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxx) para a criação e implantação do novo portal institucional com ambiente de administração de conteúdo; e de R\$ xxxxx (xxxx) para manutenção do portal institucional pelo período de 12 meses.

5.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

5.3. Quando aplicável, o valor contratual possui natureza estimativa, sendo os pagamentos devidos de acordo com os quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado na forma, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (item 8).

6.2. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será pago à CONTRATADA o valor correspondente à parcela incontroversa, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) e metodologia definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas no Termo de Referência: I – exigir o cumprimento integral do contrato; II – acompanhar e fiscalizar a execução contratual; III – efetuar os pagamentos devidos; IV – aplicar sanções quando cabíveis; V – não praticar atos de ingerência na gestão da CONTRATADA; VI – apreciar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nos prazos legais.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA, além das previstas no Termo de Referência: I – executar os serviços conforme as especificações técnicas; II – cumprir os níveis de serviço (SLA); III – manter as condições de habilitação durante toda a vigência; IV – observar a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e a LGPD; V – guardar sigilo sobre as informações obtidas; VI – manter preposto aceito pela Administração; VII – não empregar trabalho infantil ou irregular.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

10.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no âmbito da execução deste contrato.

10.2. A CONTRATADA declara que realizará o tratamento de dados pessoais eventualmente necessários à execução do objeto contratual exclusivamente para finalidades legítimas, específicas e previamente definidas, limitadas ao estrito cumprimento das obrigações contratuais.

10.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo sobre quaisquer dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato, não podendo divulgá-los, repassá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da prevista, salvo por determinação legal ou judicial.



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

10.5. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, a CONTRATADA deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE, por escrito, em prazo razoável, indicando, no mínimo, a natureza dos dados afetados, as medidas técnicas e de segurança utilizadas, os riscos relacionados ao incidente e as providências adotadas para mitigar seus efeitos.

10.6. Encerrada a vigência contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, anonimizar ou devolver ao CONTRATANTE os dados pessoais tratados em razão do contrato, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do Termo de Referência (item 4.17) e do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O inadimplemento contratual sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. O contrato poderá ser alterado na forma do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, à luz da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2026.



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – CORE/XX

Diretor-Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF nº _____

NOME: _____

CPF nº _____